

A VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PORANGATU - GO ACERCA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

THE VISION OF THE SCHOOL COMMUNITY OF THE MUNICIPALITY OF PORANGATU - GO ABOUT COMMUNITY POLICY

BAIA, Wesley Fernando Gonçalves¹
COSTA, Leon Denis da²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de saber a visão de professores e diretores de escolas do município de Porangatu acerca do policiamento comunitário desempenhado pela Polícia Militar. Especificamente saber o que a avaliação do funcionamento e eficácia dessa estratégia na redução de crimes. Metodologicamente, realizou-se a aplicação de um questionário disponibilizado on line para pessoas da comunidade escolar por meio da plataforma do Google formulários. As respostas obtidas evidenciam que o policiamento comunitário é muito importante para a prevenção de violência que possa ser cometidas por crianças ou até mesmo adolescentes, porém a comunidade escolar precisa estimular e colaborar com policiais militares. A pesquisa revelou que a comunidade conhece muito pouco acerca das práticas de uma polícia comunitária, o que evidencia a necessidade de uma aproximação mais efetiva da polícia com palestras e atividades de conscientização seu papel na sociedade atual.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário. Porangatu. Polícia Militar.

ABSTRACT

This article aims to know the vision of teachers and school directors of the municipality of Porangatu on the community policing performed by the Military Police. Specifically know what the evaluation of the operation and effectiveness of this strategy in crime reduction. Methodologically, a questionnaire was made available online for people in the school community through the Google Forms platform. The answers obtained show that community policing is very important for the prevention of violence that can be committed by children or even adolescents, but the school community must stimulate and collaborate with military police officers. The survey revealed that the community knows very little about the practices of a community police force, which highlights the need for a more effective approach by the police with lectures and awareness activities of their role in today's society.

Keywords: Community Policing. Porangatu. Military police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praça do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, Porangatu, Junho, 2018

² Professor Orientador da Especialização Polícia e Segurança Pública no Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), oficial da Polícia Militar de Goiás, Graduado em Letras, Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia; Email:leondenis1978@gmail.com; junho de 2018.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo apresentar uma temática sobre o policiamento comunitário, considerado uma nova estratégia de trabalho adotado pelos policiais, pois a sociedade exige dos policiais militares soluções de problemas que estão gerando insegurança para a população, acreditando que a eliminação dessas causas sob o olhar do policial diminuiria significativamente os índices de criminalidade. Com isso gerou um segundo plano que foram analisar as causas econômicas sociais que levam ocorrer esses fatos. (PORTUGAL *et al*, 2015).

O policiamento comunitário em sua linha histórica de origem japonesa e chinesa, adotado imediatamente após a II Guerra Mundial, que surgiu diante da necessidade da aproximação entre a comunidade e a polícia, e logo depois foi adotado por outros países como Estados Unidos, Austrália, França e Canadá e no Brasil a partir da comunitarização na década de 1980. A implantação desse policiamento veio com o objetivo de modificar o modelo tradicional de policiais, para um modelo de cidadão, a fim de aproximar a população das polícias, para que se unam e resolvam problemas da comunidade (OLIVEIRA, 2010).

No estado de Goiás a polícia militar vem aplicando essa filosofia desde 2011, desde seu projeto que se chamava POP COM, que atualmente é o “Padrão da PMGO”, desenvolvido pela 3ª seção do Estado, pelo Tenente Coronel Juvenson e o Major Faria junto com seu subchefe, já no ano de 2017 e foi fundado no Município de Porangatu no interior de Goiás pelo pensamento de Trojanowicz que é considerado como motivo de satisfação pelas autoridades locais (CARVALHO, 2017).

Gomes (2017) cita que Porangatu é considerado tranquilo em vista de outros municípios do estado, mostrando que o policiamento comunitário tem trabalhado com bastante eficiência e em vista disso a problemática norteadora do presente artigo foi: Será mesmo que o policiamento comunitário diminui os índices de criminalidade em Porangatu?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é saber a visão de professores e diretores de escolas do município de Porangatu acerca do policiamento comunitário desempenhado pela Polícia Militar e avaliar o funcionamento e eficácia dessa estratégia para melhorar a relação entre a polícia e comunidade melhorando assim a segurança e reduzindo os índices de criminalidade.

Justificando a escolha do tema, um policiamento comunitário quando bem treinado e implantado, trás varias mudanças para a população, melhorando a segurança e o bem estar da comunidade, tendo como grande importância nos dias atuais que o maior desafio do Estado é providenciar soluções para a segurança dos cidadãos.

A metodologia adotada para essa pesquisa foi a aplicação de um questionário utilizando a plataforma de formulário do google drive. O questionário contém 15 questões acerca do policiamento e foram enviados ou disponibilizados para professores e diretores de escolas do município de Porangatu-GO.

Espera-se então que a análise contribua para a compreensão do policiamento comunitário e estimule o debate sobre o policiamento comunitário e a prevenção do crime no Município de Porangatu.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com objetivo de proporcionar uma visão geral sobre a historia da segurança pública, serão apresentados os eventos históricos com reflexões na área policial, sendo assim os órgãos responsáveis por garantir a segurança pública segundo a constituição federal em seu art. 144º de 1988 são a polícia federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil, corpo de bombeiros e policias militares.

Em uma ótica tradicionalista, o Estado tem como função prestar segurança aos cidadãos, proporcionando garantia a sua incolumidade moral e física, uma sociedade harmoniosa entre as pessoas. Sendo assim, o conceito de segurança pública está ligado ao poder de polícia, o Estado e a ordem publica são assimilados à ordem interna dos grupos. No ano de 1930, o combate a violência era ligado com a repressão e a agressão policial, o que tornava a palavra segurança algo elitista, o que era acessível apenas para minoria das pessoas.

Com o surgimento do Estado de Direito, o poder da polícia começou a ter suas limitações, sendo assim o Estado surgiu com a ideia do “Estado do bem estar social” em 1942, que se tratava em se preocupar com a vida humana, em níveis internacionais e nacionais, e nesse sentido poder da polícia, começou a incorporar valores sociais e começou a ser definido por Neto (1998) como uma atividade administrativa do Estado que tem como finalidade condicionar e limitar os exercícios

das liberdades e direitos dos indivíduos tendo como objetivo assegurar a fim de preservar a ordem pública, garantindo a segurança.

Na concepção moderna, trouxe inovações para a constituição de 1988, que colocam a responsabilidade da segurança pública em seu artigo 144 da Carta Magna, que a segurança pública é uma responsabilidade e dever de toda a sociedade e nessa visão dá a entender que a sociedade tem que agir em conjunto e de forma democrática, garantindo as ações contra a violência causada pela criminalidade, sendo assim a segurança pública é uma condição essencial para que tenha paz entre as pessoas e seja assegurada por cada cidadão (BRASIL, 2002).

A criminalidade sempre foi uma preocupação das sociedades ao longo da história da humanidade, esse problema é tão grave que quando se cogita acerca de sua solução, isso não implica em sua erradicação. Ultimamente, o desejo de se conter o crime através de uma política pública de segurança, polarizou-se entre duas grandes vertentes, uma desenvolvida nos Estados Unidos e outra na Europa com reflexos no Estado de Goiás (MASCARENHAS & WALTER, 2002).

No estado de Goiás em 2017 houve uma queda em diversas modalidades de crime, como representa o quadro abaixo:

Quadro 1. Índice de Criminalidade no Estado de Goiás

Modalidade do Crime	2015	2016	2017	Índice de Queda
Tentativa de Homicídio	866	925	903	21,31%
Roubo de Veículos	3.191	4.693	3.519	25,94%
Roubo em Residência	5.499	6.325	4.985	21,18%
Roubo em Comercio	1.878	2.062	1.382	33,49%
roubo transeuntes	2.124	2.456	1.842	25,49%

Fonte: (Secretaria de Segurança Pública de Goiás, 2018)

Em 2017, segundo a secretaria de segurança pública do estado de Goiás, as 12 naturezas de crimes estão sendo tratadas com prioridades e que estão em queda. Comparados com os outros anos no mesmo período de 2016, aonde foram 39,49% de queda em latrocínios, 33,49% em roubos de comercio, 25,94% em roubo de veículos, 25, 49% em roubo transeuntes, 21,18% em roubo em residência e com queda de 21,31% em tentativas de homicídios.

A origem do policiamento comunitário vem da filosofia que é baseado no estabelecimento de relações em aproximar a comunidade da polícia, que foi desenvolvido entre 1970 a 1980, diante das inovações das organizações policiais na América do Norte e na Europa Ocidental que tinham como base lidar com os problemas da criminalidade nas comunidades (PORTUGAL *et al*, 2015).

E diante disso os modelos que foram desenvolvidos nesses países eram de um policiamento voltado para as comunidades, e partir de 1988 na Constituição Federal foi introduzida a polícia comunitária, que foi fundada diante dos paradigmas da política de segurança pública. O que diferencia a polícia tradicional da polícia comunitária é que polícia tradicional é voltada para ações repressivas, já a comunitária tem a missão de ações preventivas e diante das relações de vários fatores, se diferem em diversas características, as quais serão representadas a seguir:

Quadro 1. Diferença de Polícia Tradicional para a Comunitária

Fator	Polícia Tradicional	Polícia Comunitária
Definição de Polícia	A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei.	A polícia é o público e o público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos.
Relação polícia e instituições do serviço público	As prioridades são muitas vezes conflitantes.	A polícia é apenas uma das instituições governamentais responsável pela qualidade de vida da comunidade
Papel da polícia	Preocupar-se com a resolução do crime.	Dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção
Prioridades da ação	Por exemplo: roubo a banco, homicídios e todas aquelas envolvendo violência. A polícia ocupa-se mais com os incidentes.	Quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade. A polícia ocupa-se mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos.
Avaliação da ação	O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta.	O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público, assim como a ausência de crime e de desordem.
Profissionalismo policial	Respostas rápidas aos Crimes sérios.	Estreito relacionamento com a comunidade.
Função do comando	Prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.	Incute valores institucionais.
Informações mais importantes	Aquelas relacionadas a certos crimes em particular.	Aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos.
Ação prioritária	O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo, 2% da população residente; dos quais —todos são inimigos, marginais ou paisanos folgados, até prova em contrário.	O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, a qual se considera composta por —pessoas de bem e trabalhadoras.
Ação repressiva	O policial é o do serviço.	O policial emprega a energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho.
Forma da atuação	Emprego da força como técnica de resolução de problemas	Os sujeitos (98% da comunidade) devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial.
Prestação de contas do policial	Somente ao seu superior.	Ao superior e à comunidade.
Distribuição de patrulhas	Conforme o pico das ocorrências.	Conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja, 24 horas por dia.
Vínculo com a comunidade	O policial não tem relação direta com a comunidade	O policial é da área [convive com a comunidade local].

Fonte: (BRASIL, 2008)

Esse é um quadro comparativo de dois modelos de polícia que tem como objetivo compreender que a polícia tradicional está trabalhando apenas para atender as ocorrências do dia a dia e a polícia comunitária tem o foco de prevenções dos problemas na comunidade (VARGAS, 2015).

Sendo assim a polícia comunitária é baseada nos fundamentos dos direitos humanos, participação social e cidadania, e nesse sentido o trabalho da polícia comunitária passa a priorizar a solução compartilhada dos problemas voltados à comunidade na intenção de maximizar a relação de polícia e sociedade. (MONJARDET, 2013).

No conceito da SENASP, as formações dos policiais comunitários são adquiridas através do conhecimento de princípios e conjuntos como descreve o quadro a seguir:

Quadro 2.Princípios de policiamento Comunitário

Filosofia e Estratégia Organizacional	A base desta filosofia é a comunidade. Para direcionar seus esforços, a Polícia, ao invés de buscar ideias pré-concebidas, deve buscar, junto às comunidades, os anseios e as preocupações das mesmas, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança;
Comprometimento da Organização com a concessão de poder à Comunidade –	Dentro da comunidade, os cidadãos devem participar. Como parceiros da polícia, dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, priorização e solução dos problemas;
Policiamento Descentralizado e Personalizado	É necessário um policial plenamente envolvido com a comunidade, conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades;
Resolução Preventiva de Problemas a curta e em longo prazo	A ideia é que o policial não seja acionado pelo rádio, mas que se antecipe a ocorrência. Com isso, o número de chamadas do COPOM deve diminuir;
Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança.	O Policiamento Comunitário pressupõe um novo contrato entre a polícia e os cidadãos aos quais ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua que devem existir;
Extensão do Mandato Policial	Cada policial passa a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativa, dentro de parâmetros rígidos de responsabilidade.
Ajuda às pessoas com Necessidades Específicas	Valorizar as vidas de pessoas mais vulneráveis: jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto, etc. Isso deve ser um compromisso inalienável do Policial Comunitário;
Criatividade e apoio básico	Ter confiança nas pessoas que estão na linha de frente da atuação policial, confiar no seu discernimento, sabedoria, experiência e, sobretudo na formação que recebeu. Isso propiciará abordagens mais criativas para os problemas contemporâneos da comunidade;
Mudança Interna	O Policiamento Comunitário exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a reciclagem de seus cursos e respectivos currículos, bem como, de todos os seus quadros de pessoal. É uma mudança que se projeta para 10 ou 15 anos;
Construção do Futuro	Deve-se oferecer à comunidade um serviço policial descentralizado e personalizado, com endereço certo. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso a ser utilizado para ajudá-las a resolver problemas atuais de sua comunidade.

Fonte: (Brasil, 2008).

Sendo assim na prática, o policiamento comunitário deve ser interpretado como uma filosofia organizacional, indistinta a todos os órgãos de polícia, pertinente as ações com as comunidades (PORTUGAL *et al*, 2015).

3 METODOLOGIA

Para a elaboração desse artigo, optou-se pelo estudo de entrevista, uma metodologia quantitativa, largamente utilizada para classificar, medir e ordenar as variáveis de apresentações estatísticas, utilizando gráficos e descrevendo as soluções encontradas com o policiamento comunitário no Município de Porangatu. Diante do objetivo de saber a visão de professores e diretores de escolas do município de Porangatu acerca do policiamento comunitário desempenhado pela Polícia Militar, e especificamente saber o que a avaliação do funcionamento e eficácia dessa estratégia policial para melhorar a relação entre a polícia e a comunidade na melhoria do sentimento de insegurança e redução de crimes.

Primeiramente, fez uma breve discussão acerca da filosofia de polícia comunitária e a diferença entre a estratégia de policiamento comunitário e tradicional. Para saber a avaliação da comunidade escolar, elaborou-se um questionário com 15 questões abertas e fechadas e disponibilizado na plataforma do google drive o qual foi compartilhado o link com professores e diretores de escolas públicas e privadas do município de Porangatu.

O município de Porangatu atualmente existe 10 escolas, onde são 3 escolas Municipais, 4 estaduais e 3 escolas particulares, foram utilizados para amostra da pesquisa, 1 colégio municipal e 2 escolas Estaduais, o que equivale a 30% das escolas do Município de Porangatu.

A entrevista aconteceu no dia 30 de Abril e terminou no dia 2 de Maio, essa entrevista aconteceu de maneira online, enviado via mensagem pela plataforma Google Drive, para os Professores e Diretores das escolas que foram selecionadas para a pesquisa, o questionário, ficou disponível no software Online Pesquisa, disponível pelo link: <https://www.onlinepesquisa.com/s/a776c33>.

Em pesquisas com levantamento de dados que utilizam entrevistas, é necessário inserir os principais resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa. E diante disso a utilização do Policiamento comunitário nas escolas é extremamente eficaz, conforme demonstra a entrevista feito com os 10 professores e diretores, a pesquisa aconteceu nas escolas Municipal Jesuíno Gonçalves dos Reis, Colégio Estadual Presidente Kennedy e CPMG-Tomas Martins da Cunha, onde esses professores têm acima de 40 anos e trabalham nessas escolas a mais de 10 anos.

As respostas foram sistematizadas em planilhas e algumas formas quantificadas em gráficos e as opiniões apresentadas foram interpretadas e associadas aos gráficos e a luz da literatura sobre policiamento comunitário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

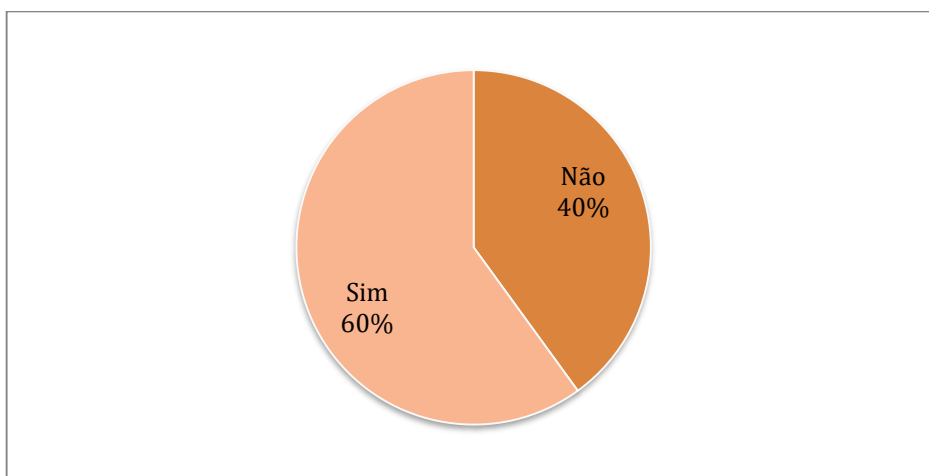
A utilização do Google Drive permitiu deixar a pesquisa mais pratica, além de considerar as ações do policiamento comunitario, eficaz no decorrer do presente artigo.

Nessa pesquisa foram entrevistados 10 professores e diretores, e após a coleta de dados foi possivel verificar nos proximos gráficos.

Apesquisa aconteceu na escola Municipal Jesuíno Gonçalves dos Reis, Colégio Estadual Presidente Kennedy e CPMG-Tomas Martins da Cunha, onde esses professores têm acima de 40 anos e trabalham nessas escolas a mais de 10 anos, e para começar com a nossa pesquisa será necessario a apresentar a amostra em questão de gênero nos entrevistados foram 10% homens e 90% mulheres.

Vale salientar que diante da pesquisa, 60% dos entrevistados ja escutaram falar do policiamento comunitário como demostra o gráfico abaixo, descrevendo que conhecem os projetos da PROERD, e alguns diretores responderão que vende o curso de implementação da PROERD.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre Policiamento Comunitário

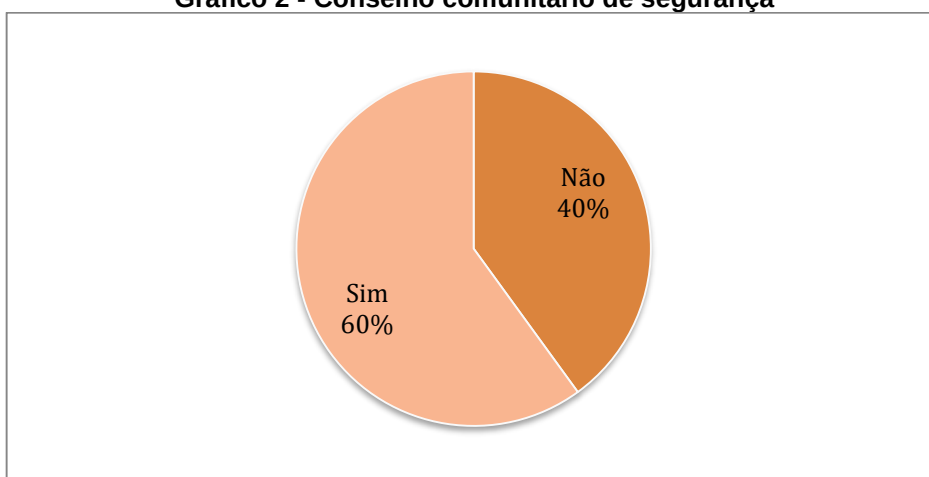


Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

O autor Vagas (2015) conceitua o programa PROERD, conhecido como programa educacional de resistência às drogas uma adaptação brasileira do DARE (*Drug Abuse Resistance Education*), que foi criado pela professora Ritty, em 1983 em Los Angeles. Já no Brasil foi implantado em 1992 no Rio de Janeiro, que foi desenvolvido para escolas públicas e particulares onde policiais militares devidamente treinados, tinham como objetivo desenvolver a prevenção da violência e ao uso de drogas nas escolas.

Referente ao conselho comunitário de segurança (CONSEG) 60% dos entrevistados já escutaram falar do programa, esses conselhos são grupos de pessoas que moram no mesmo bairro ou em um mesmo município que fazem uma reunião para discutir e analisar as soluções para os problemas da comunidade e apenas 30% dos entrevistados já participou de algum conselho comunitário.

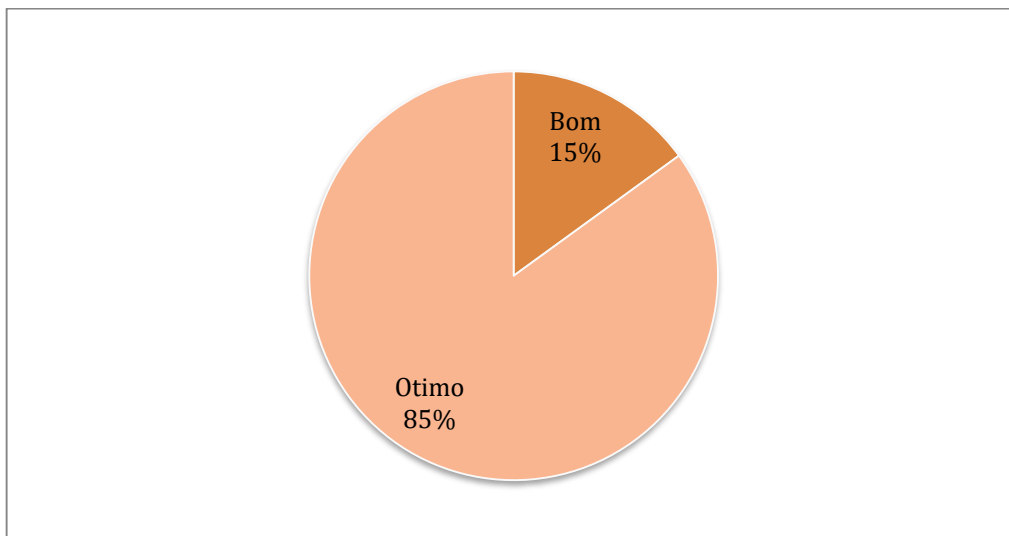
Gráfico 2 - Conselho comunitário de segurança



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

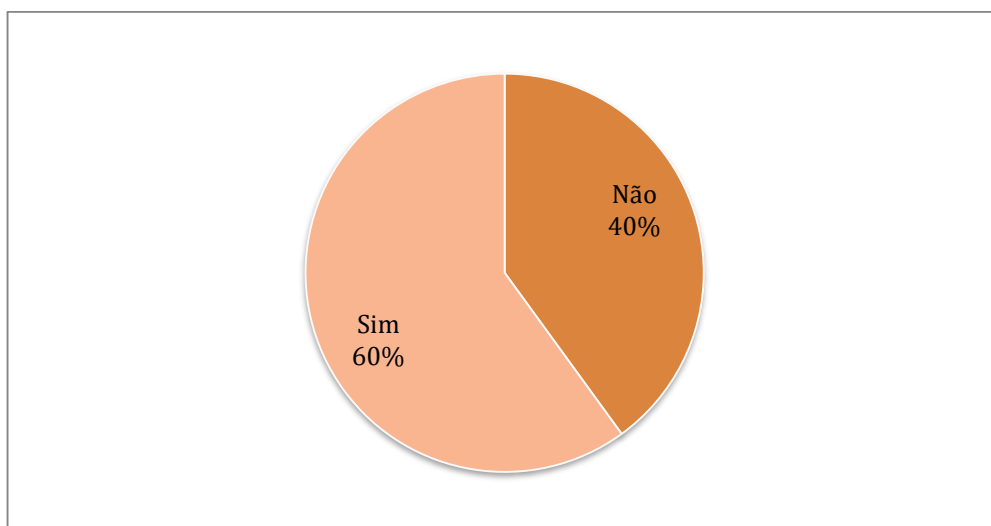
O autor Carvalho (2017) cita que os objetivos do CONSEG são integrar a comunidade com as autoridades policiais, com as ações que resultem melhorias na qualidade de vida das pessoas, articular a comunidade para a prevenção e a solução de problemas ambientais e sociais, propor às autoridades as definições de prioridade na Segurança Pública e fazer com que a comunidade interaja com as unidades policiais tendo em vista a resolução de seus problemas.

Sobre o policiamento nas escolas, 85% dos entrevistados acham o programa de polícia comunitária nas escolas ótimo, e que também é pautado por missões de buscar a integração dos alunos, na prevenção de drogas e violências.

Gráfico 3 - Policiamento comunitário nas escolas

Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

60% dos entrevistados diz que nas escolas em que trabalham tem o policiamento comunitário, onde é muito importante para a prevenção da violência que venha ser cometida por crianças e adolescentes, sendo assim o autor Silva (2017) cita que a comunidade escolar tem que estimular e colaborar com policiais militares, tendo como crédito a segurança e diversas informações que serão recebidas para a prevenção de violência.

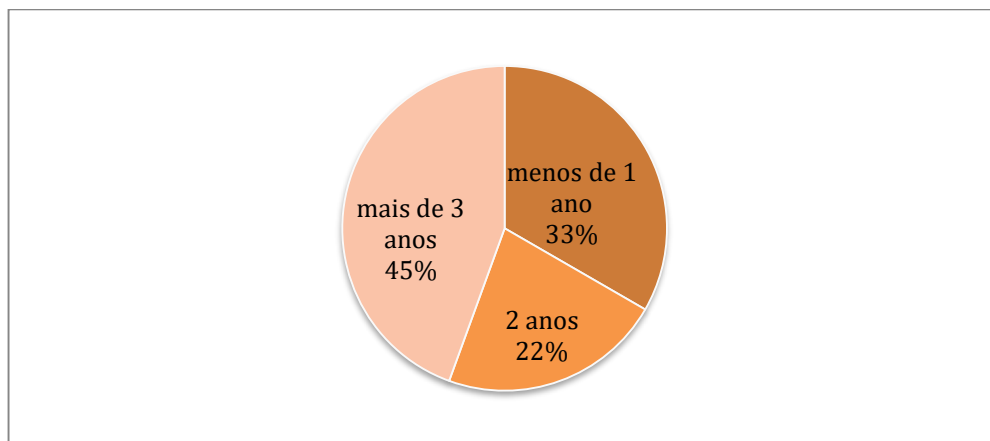
Gráfico 4 – Escolas que tem policiamento comunitário

Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

45% dos entrevistados dizem que a mais de 3 anos funciona o policiamento nas escolas em que trabalham, sendo assim, a eficácia do policiamento comunitário nas escolas é descrito por Gomes (2015), que seria necessário a

aproximação dos órgãos de segurança pública e a comunidade escolar, e nisso o policial militar deve ser transparente e mostrar o seu papel no cenário de um policiamento comunitário, ressaltando ainda a qualidade da segurança nas escolas.

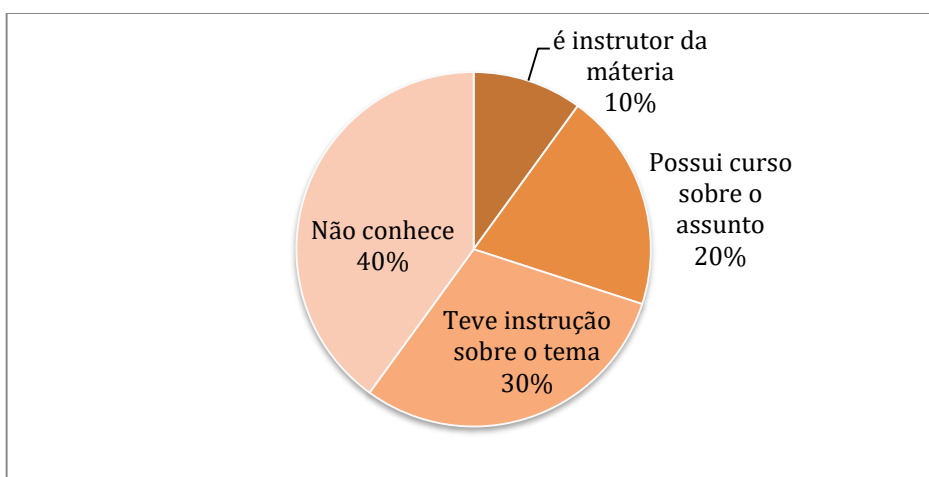
Gráfico 5 - Idade do policiamento comunitário nas escolas



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

30% cita sobre o seu conhecimento do policiamento comunitário teve instruções sobre o tema, 20% possui curso sobre o assunto, 10% é instrutor da matéria e 40% não tem conhecimento sobre a filosofia e todos os praticantes entrevistados dizem que é viável a pratica da filosofia de policia comunitária em serviço operacional.

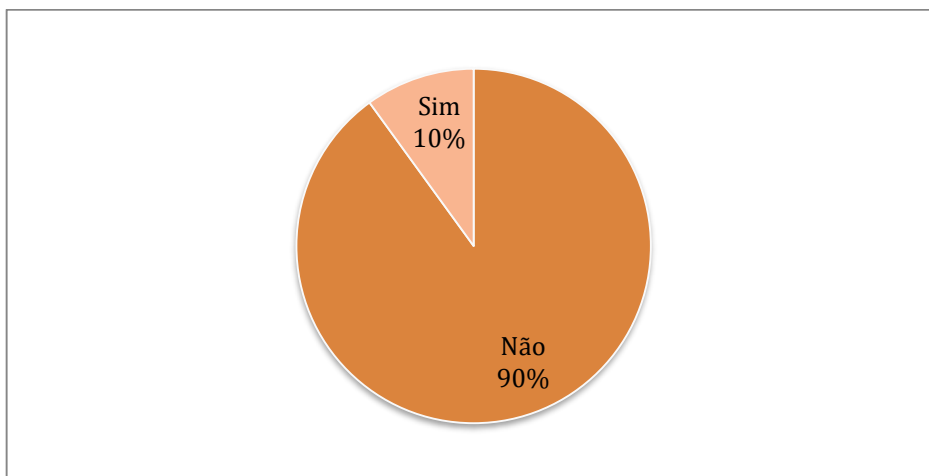
Gráfico 6 - Filosofia da polícia comunitária?



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

90% das pessoas acreditam que a implantação da base comunitária passou a contribuir mais para a solução dos problemas relacionados com segurança pública

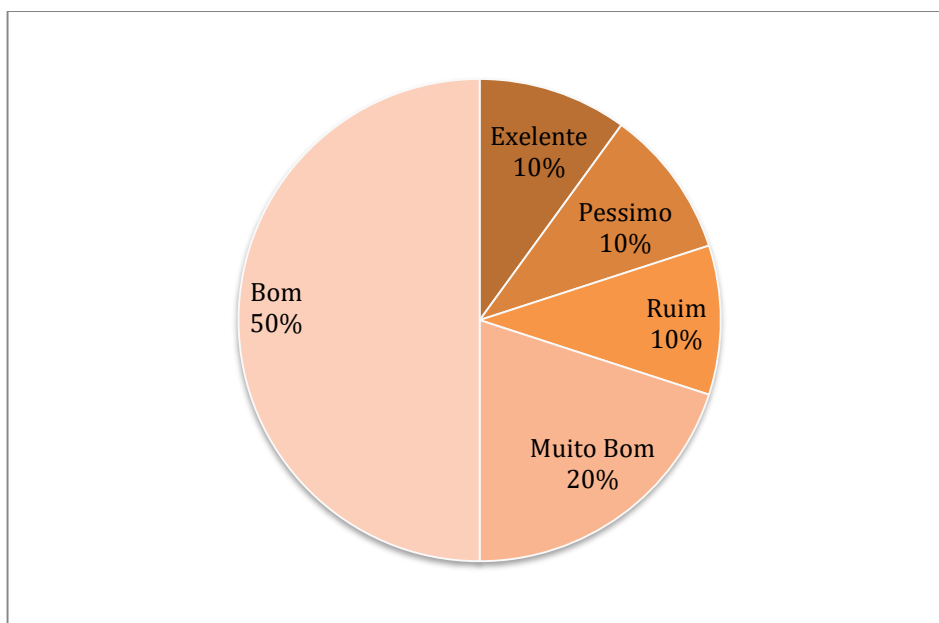
Gráfico 7 - Implantação da base comunitária e sociedade para a solução dos problemas relacionados com segurança pública.



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

50% dos entrevistados dizem que seu conhecimento é “Bom” em relação ao policiamento comunitário, seguido de 20% “muito bom”, 10% excelente, péssimo e ruim.

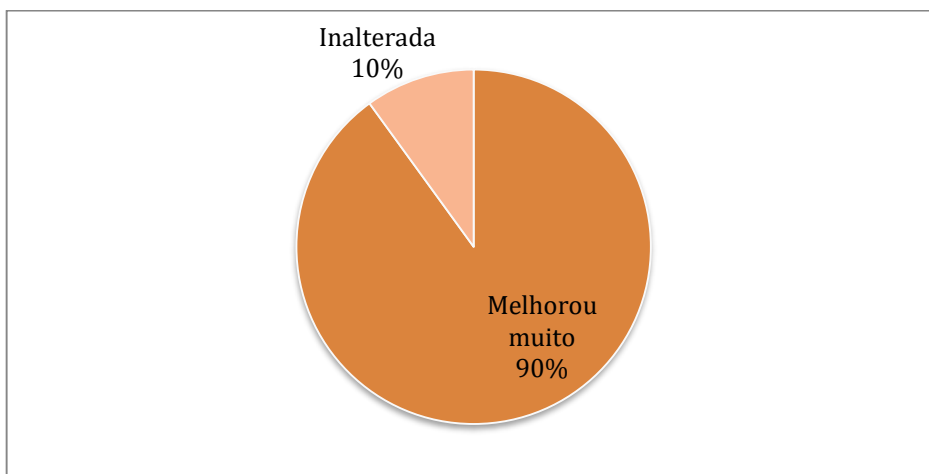
Gráfico 8 – Classificação sobre o grau de conhecimento sobre o policiamento comunitário



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

Em relação ao policiamento comunitário nas escolas, 90% dos entrevistados citam que melhorou muito depois de sua implementação.

Gráfico 9 - Prestação de serviço na escola antes e depois da polícia comunitária



Fonte: Resposta do questionário (Elaboração do autor, 2018)

E aos entrevistados que na escola em que trabalha não possui o policiamento comunitário, decrevem que a implementação seria necessária para garantir a segurança da comunidade escolar, pois o número de violência e de usuarios de drogas nos ambientes escolares vem aumentando muito, outros entrevistados pontuam as soluções a seguir:

- Sim. Nos ajudaria a controlar muitas situações preocupantes, principalmente uso de drogas.
- Sim, gostaria que fosse implantado porque nossos jovens perderam o sentido de respeito que deveria vir de casa. E mediante a polícia é mais fácil de trabalhar por que muitos têm ainda um pouco de receio quanto ao policiamento.
- Um ambiente com segurança da polícia mais próxima das crianças e adolescentes favorecerá que eles conheçam o verdadeiro trabalho de um policial e terá mais respeito e conhecimento desse trabalho e possivelmente não se aproximará desse mundo de violência e drogas.

E por fim a ultima pergunta em relação ao policiamento nas escolas, que foi sobre a opinião desses diretores e professores sobre o tema, onde responderam:

- É um suporte de grande valia, pois veio somar com a escola em busca de um ensino de qualidade e, sobretudo a conscientização quanto ao afastamento das drogas.
- Acredito que a mesma aprovação, pois o propósito dos pais e professores são os mesmos.
- O melhor para nossas crianças.
- Tem sido positivo, tem melhorado muito o comportamento das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou estudar sobre o policiamento comunitário, que identificou que a implantação da Polícia Comunitária demonstra a preocupação na melhoria da segurança pública no Município de Porangatu, abrindo novas estratégias nas organizações, o que tornou-se bastante contemporâneo na busca pela paz da população, o que proporciona uma melhor qualidade de vida na sociedade e no meio das escolas.

A pesquisa de campo foi realizada com professores das escolas municipais e estaduais do município de Porangatu, permitindo levantar dados sobre as reflexões do Policiamento Comunitario nas escolas, onde 60% dos entrevistados já escutaram falar do conselho comunitário de segurança, esses conselhos são grupos de pessoas que moram no mesmo bairro ou em um mesmo município, que fazem uma reunião para discutir e analisar as soluções para os problemas da comunidade e apenas 30% dos entrevistados já participou de algum conselho comunitário.

A pesquisa por meio de questionário com os professores do município de Porangatu, trouxe a tona as principais reflexões sobre o policiamento comunitario nas escolas, podendo ser observado com a pesquisa que 60% dos entrevistados dizem que nas escolas que eles trabalham tem o policiamento comunitário, considerando muito importante para a prevenção da violência que possa ser cometida por criança e adolescentes, sendo assim posso dizer que a comunidade escolar tem que estimular e colaborar com policiais militares, tendo como crédito a segurança, e diversas informações que serão recebidas para a prevenção de violência.

Diante disso conclui-se que o policiamento comunitário surgiu para reduzir a criminalidade e proporcionar beneficios politicos, pode ser conceituado como um policiamenro que surgiu como estrategia organazicional em parceria com a população e as escolas, baseados na precisão em que a comunidade e os policiais devem trabalhar em conjunto para que consiga diminuir a criminalidade e a violencia no âmbito escolar.

Da pesquisa pode-se extrair que os professores que foram entrevistados em que a escola não tem um policiamento comunitário que gostaria da implantação nas escolas, pois é necessário para garantir a segurança dos alunos, descrevendo

que ultimamente os números de violência e de drogas nos ambientes escolares vêm aumentando muito.

Consta-se ainda que o presente estudo descreve que muitos policiais dizem que o policiamento comunitário é satisfatório, por perceberem a necessidade das redefinições das funções e prioridades dos policiais nas ruas e é diante dessas transformações que viram a necessidade de priorizar o policiamento comunitário, para a atual gestão de segurança pública.

Cumpre, portanto, ressaltar que o Município de Porangatu, continua com o objetivo de garantir a ordem pública do município, esse novo método de policiamento passou a ser respeitado pelas pessoas, e para trabalhos futuros recomenda-se estudos sobre a abordagem de Policiamento Comunitário no âmbito escolar, que tem como foco, a prevenção da criminalidade e violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Imprensa Oficial, São Paulo, 2002

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro**. Saraiva, 39 ed. São Paulo. 2008

CARVALHO, Marcelo. **Policiamento Comunitário**. Revista Vigilância, Segurança e Controle Social, Goiânia, 2017

GOMES, Jean Claude. **Polícia e sociedade na Europa**. Revista USP, São Paulo, 2017

MASCARENHAS, Daniel; WALTER, Valdir. **Policiamento Comunitário no município de Cacoal-RO**. Polícia Militar do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2002

MONJARDET, Luiz. **Aspectos da implantação e da avaliação do policiamento comunitário**. Revista de Segurança Pública, Santa Catarina, Palhoça, 2013

NETO, Theodomiro. **Policiamento comunitário**. Revista IBCCRIM, São Paulo, 1998

OLIVEIRA, Thomas. **Polícia: repressão e resistência no numa cidade do século XIX**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010

PORTUGAL, Raul; SANTOS, Bruno; FRAGA, Julio. **Policiamento Comunitário: Como Começar**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2015

VAGAS, Elis Rodrigues. **Violência escolar envolvendo adolescentes**. Revista do Congresso de Segurança Pública, Curitiba, 2015

APENDICE**Questionário**

Dados Pessoais

Nome

Idade

Escola que Trabalha

A quantos anos trabalha nessa escola

Bairro em que mora

Qual o seu sexo?

☐

Feminino

☒

Masculino

Você conhece ou já ouviu falar em policiamento comunitário?

☐

sim

☐

não

De qual forma você conheceu o policiamento comunitário?

Você conhece ou já ouviu falar sobre o conselho comunitário de segurança?

☐

sim

☐

não

Você já participou de um conselho comunitário de segurança?

☐

sim

☐

não

Como você vê o policiamento comunitário nas escolas?

☐

BOM

☐

OTIMO

☐

RUIM

Na escola em que você trabalha é feito o policiamento comunitário?

☐

sim

☐ não

A quantos anos é feito o policiamento comunitário na escola em que você trabalha?

☐ menos de 1 ano

☐ 2 anos

☐ mais de 3 anos

Qual o seu conhecimento sobre a filosofia da polícia comunitária?

☐ () É instrutor da matéria

☐ () Possui curso sobre o assunto

☐ () Teve instrução sobre o tema

☐ () Não dispõe de conhecimento

Na sua opinião é viável a prática da filosofia de polícia comunitária no serviço operacional?

☐ sim

☐ não

Com a implantação da base comunitária você acha que a sociedade passou a contribuir mais para a solução dos problemas relacionados com segurança pública?

☐ sim

☐ não

Quanto ao grau de conhecimento da comunidade em relação ao policiamento comunitário, como você o classifica?

☐ () Excelente

☐ () Muito Bom

☐ () Bom

☐ () Ruim

☐ () Péssimo

Você conhece algum projeto que a Polícia Comunitária tem desenvolvido em algum bairro?

as Prestação de serviço na escola antes e depois da polícia comunitária?

☐ () melhorou muito

- ☐ () inalterada
- ☐ () piorou muito

Se a escola em que você trabalha, não tem um policiamento comunitário, você gostaria que fosse implantado? porque?



Qual a opinião dos pais em relação do policiamento comunitário nas escolas?

